

O projeto MAIA

Entrevista a Domingos Fernandes



Está a ser implementado pelo Ministério da Educação o projeto MAIA, projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica. Para compreender como está a ser feita a sua implementação, a equipa deste número da Educação e Matemática dirigiu, durante o mês de julho, uma entrevista escrita a Domingos Fernandes, coordenador deste projeto. O texto que apresentamos de seguida é o resultado desta entrevista.

A equipa agradece a Domingos Fernandes a prontidão com que aceitou o nosso convite e a colaboração que prestou na sua realização e edição.

Educação e Matemática (EM): Como surgiu o projeto MAIA?

Domingos Fernandes (DF): O projeto surgiu a partir da necessidade de materializar políticas públicas que têm sido orientadas no sentido de melhorar práticas de ensino e de avaliação pedagógica no sistema escolar português. A ideia é, naturalmente, contribuir para que os alunos aprendam melhor, com mais profundidade e compreensão.

EM: Quais os seus objetivos?

DF: São múltiplos objetivos numa diversidade de dimensões. Darei apenas quatro exemplos. Na dimensão do conhecimento da avaliação em geral, o projeto foi concebido para que houvesse reais oportunidades para apresentar, analisar, discutir e clarificar conceitos. Pensou-se que a fundamentação da avaliação, os seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, se quisermos, deveriam ser estudados, analisados e discutidos. Sem a sua compreensão, não parece possível termos uma melhoria sustentada das práticas pedagógicas. Na dimensão da avaliação pedagógica e das suas práticas, os objetivos estão muito relacionados com a clarificação conceitual, particularmente no que se refere a conceitos estruturantes tais como a avaliação formativa e a avaliação sumativa. Ainda persistem dificuldades na compreensão destes conceitos e do seu real significado prático, como aliás a literatura refere abundantemente. E este facto tem consequências indesejáveis nas práticas pedagógicas, a mais evidente das quais é a ausência de uma clara distinção entre avaliação e classificação, entre a ideia de avaliação como processo eminentemente pedagógico e a ideia de avaliação como medida. Por isso, o projeto foi muito

assertivo na promoção do estudo e discussão crítica destas e de outras questões correlativas pois, na verdade, é aí que parece residir o problema de concretizar práticas de avaliação orientadas para apoiar as aprendizagens e o ensino, com que nos vimos debatendo há décadas. Na dimensão da formação, foram definidos objetivos algo ambiciosos que iam desde a construção de comunidades de aprendizagem, do trabalho colaborativo e em rede, ao acompanhamento, monitorização e apoio dos desenvolvimentos que se iam verificando em cada Centro de Formação de Associação de Escolas (CFAE). Os objetivos nesta dimensão foram deliberadamente definidos tendo em conta a real importância de trabalhar com as pessoas e não apenas para as pessoas. E isso foi muito interessante de acompanhar e de viver. Finalmente, na dimensão da concretização, ainda que o projeto tenha sido objeto de algumas reformulações e adaptações tendo em conta a pandemia que vivemos, foi possível manter objetivos que eram fundamentais e que passaram pela conceção e elaboração de projetos realizados pelos grupos de professores que integraram cada uma das oficinas de formação. A verdade é que as dinâmicas de formação e de colaboração que se geraram, previstas nos objetivos, permitiram que todos os grupos elaborassem os seus projetos de intervenção no domínio da avaliação pedagógica, muitos dos quais foram assumidos pelas direções dos agrupamentos que agora os pretendem pôr em prática.

EM: Qual a sua duração?

DF: A primeira fase, concluída com a elaboração dos referidos projetos de intervenção, tem a duração de cerca de um ano, pois encerra-se agora durante o mês de setembro com a produção

e entrega do respetivo relatório. Julgo que a Direção-Geral de Educação (DGE) do Ministério da Educação anunciou que o projeto teria a duração de três anos.

EM: Qual o público a que se dirige?

DF: O projeto foi pensado e desenvolvido tendo em conta que se dirigia a todos os docentes e educadores do sistema escolar não superior. A adesão, baseada nos CFAE, foi voluntária e as pessoas que integraram o projeto foram selecionadas a partir das dinâmicas locais de funcionamento, nomeadamente através do trabalho das direções dos CFAE e das direções dos agrupamentos/escolas não agrupadas. A equipa central do projeto deu orientações de natureza operacional, nomeadamente no que se referia ao número de docentes por agrupamento, pois para criar alguma massa crítica num dado agrupamento ou escola seria desejável ter um número de pessoas que o permitisse.

EM: Como está a ser operacionalizado? Que fases contempla?

DF: O projeto foi organizado em três momentos principais.

O primeiro momento ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2019 com a realização de seminários de formação com a duração de 30 horas para todos os formadores e formadoras dos CFAE, assim como para os respetivos representantes para a Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC). Nestes seminários foram abordados temas tais como os Fundamentos e a Natureza da Avaliação, as Práticas de Avaliação Pedagógica, a Conceção e Desenvolvimento de Projetos Pedagógicos e Perspetivas de Formação de Professores.

O segundo momento desenvolveu-se ao longo do ano letivo de 2019/2020 em duas fases distintas mas interligadas.

Na primeira — Fase de Iniciação — os formadores organizaram e desenvolveram processos de formação facilitadores da colaboração entre os docentes (formandos) na concretização de experiências ou ideias com real sentido no seu dia a dia e que materializassem, em cada contexto, orientações fundamentais no âmbito das práticas de avaliação pedagógica, das aprendizagens e do ensino. Esta fase foi sistematicamente acompanhada, monitorizada e discutida regionalmente com todas as formadoras e formadores e representantes AFC.

Na segunda fase — Fase de Consolidação — os professores formandos desenvolveram Projetos de Intervenção que decorreram das experiências realizadas na primeira fase. Assim, a formação realizada nos CFAE promoveu a análise e a discussão acerca dos processos realizados na Fase de Iniciação tendo, por exemplo, em conta aspetos tais como a Diversificação de estratégias de recolha de informação, a Seleção de propostas de trabalho (tarefas) e a sua utilização para promover a Articulação entre a avaliação, o ensino e as aprendizagens, a Distribuição de *feedback*, a Recolha, integração e utilização da informação e a Articulação entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa. Esta formação foi apoiada num conjunto de Folhas, Textos de Apoio e Memorandos produzidos no âmbito da equipa central do projeto e/ou por outros materiais da livre escolha dos

respetivos intervenientes. Esta fase foi igualmente acompanhada e monitorizada pela equipa central do projeto em colaboração com os responsáveis locais pela formação e, nestas condições, assumiu uma particular relevância a constituição de redes de professores que, trabalhando colaborativa e cooperativamente, criaram sistemas de apoio fundamentais para a conceção, e elaboração dos Projetos de Intervenção que, dada a situação de pandemia, acabou por constituir o produto mais relevante desta fase.

Momentos e Fases	Meses	Principais Atividades
Primeiro Momento	Setembro/ Outubro 2019	Formação para todos os formadores e representantes para a autonomia e flexibilidade curricular (30 horas).
Segundo Momento		
<i>Fase de Iniciação</i>	Novembro/ Dezembro 2019 e Janeiro 2020	Formação local nos CFAE (Ações de Curta Duração – ACD, 3 a 6h). Concretização de “pequenas intervenções ou experiências” nas escolas e agrupamentos. Acompanhamento e monitorização das intervenções pelos formadores locais. Acompanhamento e monitorização das intervenções pela Equipa Central.
<i>Fase de Consolidação</i>	Janeiro/ Fevereiro a Abril 2020	Formação local nos CFAE (Oficinas de Formação – 50 horas). Conceção e elaboração de Projetos de Intervenção no domínio da avaliação pedagógica. Acompanhamento e monitorização dos projetos pelos formadores locais. Acompanhamento e monitorização do processo pela Equipa Central.
<i>Fase de Autonomia</i>	Abril a Julho 2020	A pandemia provocada pelo novo coronavírus obrigou ao encerramento das escolas e, consequentemente, ao adiamento desta fase para o ano letivo de 2020/2021.
Terceiro Momento		
<i>Fase de Investigação</i>	Setembro 2019/ Julho 2020	Processo de investigação relativo ao desenvolvimento de todo o processo de formação, integrando, relacionando e interpretando toda a informação recolhida. Um dos propósitos do estudo inclui a produção de recomendações fundamentadas para melhorar as práticas de avaliação pedagógica, tornando-as mais congruentes com as orientações curriculares nacionais e internacionais e com as políticas públicas de educação em geral.

A Fase de Autonomia consistirá na concretização dos Projetos de Intervenção no presente ano letivo (2020/2021). [Dada a situação de pandemia esta Fase teve de ser adiada para o corrente ano letivo.]

O terceiro momento inclui a Fase de Investigação por excelência que foi concebida pela Equipa Central do projeto e que, ao longo do processo, contou com a participação e a colaboração dos participantes – Direções dos CFAE e dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas, formadores e formandos. Ainda que os processos de investigação tivessem decorrido ao longo de todo o processo, este terceiro momento acabou por ter condições para ser integralmente assumido a partir do mês de julho. Na verdade, o Projeto MAIA foi apoiado num sistema de monitorização e de recolha sistemática e deliberada de informação que permitiu investigar questões consideradas pertinentes no domínio da formação e das suas dinâmicas, do acompanhamento, das práticas de avaliação, das relações da avaliação pedagógica com o ensino e as aprendizagens e outras questões que se identificarão no relatório de investigação em elaboração. Este relatório, para além de descrever todo o processo nas suas múltiplas vertentes, fará uma descrição, uma análise e uma interpretação dos dados obtidos que estarão na base da elaboração de um conjunto de conclusões e de recomendações que permitam informar fundamentadamente as políticas públicas de educação no domínio das aprendizagens, da avaliação pedagógica e do ensino.

EM: Relativamente às oficinas de formação que estão a decorrer por todo o país, no âmbito deste projeto, quantos professores estão envolvidos? Quantos professores de matemática estão a frequentar estas oficinas?

DF: Como referi anteriormente, o relatório da investigação está, neste momento, em fase de elaboração e, por isso, não estou em condições de poder dar números exatos. Poderei, no entanto, referir como certo que participaram voluntariamente 88 dos 91 CFAE. Assim, realizaram-se 88 oficinas de formação em todo o país, cada uma das quais com cerca de 20 docentes. Ou seja, estiveram envolvidos diretamente no processo cerca de 1600 docentes. Digo diretamente uma vez que, num número significativo de CFAE, foram constituídas mais oficinas de formação ainda que, por razões operacionais, a equipa central só tivesse previsto o acompanhamento de uma oficina. Ou seja, é possível que o projeto, neste primeiro ano, tenha envolvido pelo menos 2300 docentes. Se as coisas correrem bem, a desmultiplicação nos agrupamentos diretamente envolvidos no projeto (cerca de 270) pode abranger, a partir deste ano letivo, um número bastante significativo de docentes. Como referi, o relatório apresentará esta informação com rigor, assim como a do número de professores de matemática que participaram.

EM: Como está a ser a adesão das escolas e dos professores?

DF: A adesão ultrapassou largamente as nossas melhores expetativas, quer ao nível dos CFAE que aderiram, como referi

na resposta anterior, quer ao nível do envolvimento real das direções dos agrupamentos/escolas não agrupadas e dos seus docentes.

EM: Sendo estas oficinas de formação dirigidas a qualquer área disciplinar/ciclo de escolaridade está prevista a realização de algumas formações especificamente dirigidas a grupos disciplinares ou ciclos de escolaridade?

DF: Um dos grandes desafios deste projeto, como inicialmente referi, foi o de procurar contribuir para clarificar a natureza e os fundamentos da avaliação. A natureza transdisciplinar da avaliação tem implicações para as práticas pedagógicas e para as práticas de formação acerca das quais vale a pena refletir. Isto significa que, no estrito âmbito do Projeto MAIA, não foram previstas tais formações específicas.

EM: Que efeitos se espera que este projeto tenha nas práticas avaliativas dos educadores e professores?

DF: Julgo que qualquer projeto cujo propósito seja mexer nas práticas pedagógicas dos professores visa sempre contribuir para que os alunos aprendam melhor, com mais gosto e com mais compreensão. Mas visa, obviamente, muitos outros objetivos. Um deles é, para mim, muito importante e está relacionado com o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem, de ensino e de avaliação baseada no estudo, na discussão e na reflexão conjunta. Não estou a ver como será possível transformarmos as realidades escolares sem encararmos seriamente esta situação.

EM: Já é possível fazer algum balanço da implementação deste projeto?

DF: Um balanço será feito no relatório que atrás referi. Outros têm sido realizados pelas direções dos CFAE e das escolas e agrupamentos, pelas formadoras e pelos docentes envolvidos. O que temos lido e ouvido é encorajador.

EM: Está previsto algum *follow up* para assegurar a sustentabilidade do projeto?

DF: Imagino que o Ministério da Educação pode estar a equacionar essa possibilidade.

EM: Se só pudesse fazer uma recomendação aos professores relativamente ao trabalho com os alunos no âmbito da avaliação pedagógica, qual seria e porquê?

DF: A informação recolhida através da avaliação formativa deve ser exclusivamente utilizada para distribuir *feedback* de qualidade aos alunos. Porque se mobilizarmos tal informação para atribuir classificações, jamais conseguiremos distinguir entre avaliação e classificação. E isso deixar-nos-á, inexoravelmente, há cem anos atrás, na vigência do currículo da eficiência social inspirado em Taylor. Mas acontece que as escolas não são fábricas nem armazéns de aulas...